

*LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.*



**Informações Financeiras Intermediárias  
Referentes ao Período Findo em  
31 de março de 2021**

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Log-In Logística Intermodal S.A.

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Log-In Logística Intermodal S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais referidas anteriormente não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

## Outros assuntos

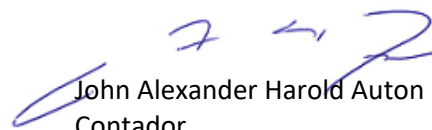
### *Demonstrações do valor adicionado*

As informações contábeis intermediárias referidas anteriormente incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



John Alexander Harold Auton  
Contador  
CRC nº 1 RJ 078183/O-2

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Em milhares de reais - R\$)



	Notas	Consolidado		Controladora	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
<b>ATIVOS</b>					
<b>CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	82.540	101.337	50.207	65.836
Aplicações financeiras	5	496.076	608.334	467.784	608.334
Contas a receber de clientes	6	216.531	204.941	142.515	136.086
Estoques		25.959	22.229	19.150	16.903
Valores a receber de partes relacionadas	7	-	-	48.585	49.115
Tributos a recuperar ou compensar	8	42.269	49.363	10.855	11.603
Fundo da marinha mercante – AFRMM	9	16.735	15.688	16.735	15.688
Sinistros a recuperar	27	6.239	41.964	5.786	41.514
Outros ativos circulantes		24.607	14.931	13.319	6.509
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>910.956</b>	<b>1.058.787</b>	<b>774.936</b>	<b>951.588</b>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Aplicações financeiras	5	3.895	3.878	2.733	2.722
Fundo da marinha mercante – AFRMM	9	17.127	16.030	17.127	16.030
Tributos a recuperar ou compensar	8	13.919	16.780	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	257.606	238.964	228.325	212.715
Depósitos judiciais		19.905	19.881	10.807	10.946
Valores a receber de partes relacionadas	7	-	-	78.303	71.028
Outros ativos não circulantes		2.255	14	2.255	-
Investimentos em sociedades controladas	11	-	-	505.074	383.372
Ativos de direito de uso - Arrendamento mercantil	14	193.004	194.729	93.453	93.588
Imobilizado	12	732.164	633.468	174.280	182.627
Intangível	13	29.650	23.982	24.741	20.642
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>1.269.525</b>	<b>1.147.726</b>	<b>1.137.098</b>	<b>993.670</b>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>2.180.481</b>	<b>2.206.513</b>	<b>1.912.034</b>	<b>1.945.258</b>
<b>PASSIVOS</b>					
<b>CIRCULANTES</b>					
Salários e encargos sociais		24.665	27.511	15.518	16.333
Impostos e contribuições a recolher		25.227	28.386	11.342	12.182
Fornecedores e provisões operacionais	15	149.329	185.675	88.979	136.856
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	158.235	132.814	137.363	112.690
Obrigações com arrendamento mercantil	14	43.591	40.712	38.776	35.565
Valores a pagar a partes relacionadas	7	-	-	67.359	61.050
Dividendos propostos		12	12	-	-
Outros passivos circulantes		2.388	1.014	2.195	728
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>403.447</b>	<b>416.124</b>	<b>361.532</b>	<b>375.404</b>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.261.877	1.257.289	1.089.129	1.085.930
Obrigações com arrendamento mercantil	14	159.226	153.567	75.121	69.637
Valores a pagar a partes relacionadas	7	-	-	43.221	49.229
Provisões para riscos	17	13.946	14.709	3.428	3.970
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	12.884	10.851	-	-
Perda com investimento em sociedade controlada	11	-	-	10.669	7.279
Outros passivos não circulantes		-	10	-	-
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>1.447.933</b>	<b>1.436.426</b>	<b>1.221.568</b>	<b>1.216.045</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>		<b>1.851.380</b>	<b>1.852.550</b>	<b>1.583.100</b>	<b>1.591.449</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
	18				
Capital social		1.312.502	1.312.502	1.312.502	1.312.502
Reserva de capital		25.934	24.503	25.934	24.503
Ações em tesouraria		(50.922)	(50.922)	(50.922)	(50.922)
Prejuízos acumulados		(956.244)	(934.963)	(956.244)	(934.963)
Reserva de hedge de fluxo de caixa		(5.544)	-	(5.544)	-
Ajustes acumulados de conversão		3.208	2.689	3.208	2.689
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		<b>328.934</b>	<b>353.809</b>	<b>328.934</b>	<b>353.809</b>
Participações de acionistas não controladores		167	154	-	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>329.101</b>	<b>353.963</b>	<b>328.934</b>	<b>353.809</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.180.481</b>	<b>2.206.513</b>	<b>1.912.034</b>	<b>1.945.258</b>

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação



	Notas	Consolidado		Controladora	
		Períodos de três meses findos em			
		31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
<i>Operações continuadas</i>					
Receita líquida	22	296.715	271.339	166.763	182.051
Custo dos serviços prestados	23	(246.306)	(233.142)	(151.029)	(159.802)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>50.409</b>	<b>38.197</b>	<b>15.734</b>	<b>22.249</b>
Recursos com subvenção - AFRMM aplicados	9	11.909	9.787	11.909	9.787
Despesas administrativas e comerciais	23	(21.806)	(19.729)	(12.767)	(19.742)
Outras receitas (despesas), líquidas		1.258	2.682	1.520	1.170
Resultado de equivalência patrimonial	11		-	1.490	(2.074)
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>41.770</b>	<b>30.937</b>	<b>17.886</b>	<b>11.390</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>24</b>				
Receitas financeiras		4.283	7.534	4.481	7.416
Despesas financeiras		(28.654)	(26.571)	(24.556)	(25.859)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(43.746)	(117.969)	(32.232)	(106.678)
		(68.117)	(137.006)	(52.307)	(125.121)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>(26.347)</b>	<b>(106.069)</b>	<b>(34.421)</b>	<b>(113.731)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>10</b>				
Corrente		(8.648)	(6.361)	-	-
Diferido		13.726	(2.207)	13.139	(921)
		5.078	(8.568)	13.139	(921)
<b>PREJUÍZO DO PERÍODO</b>		<b>(21.269)</b>	<b>(114.637)</b>	<b>(21.282)</b>	<b>(114.652)</b>
<b>PREJUÍZO ATRIBUÍVEL AOS</b>					
Acionistas controladores		(21.282)	(114.652)		
Acionistas não controladores		13	15		
<b>RESULTADO POR AÇÃO - EM REAIS</b>					
Básico (centavos por ação)	19	(0,20)	(1,11)	(0,20)	(1,11)
Diluído (centavos por ação)	19	(0,19)	(1,09)	(0,19)	(1,09)

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias.

# DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação



	Notas	Consolidado		Controladora	
		Períodos de três meses findos em		Períodos de três meses findos em	
		31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Prejuízo do período		(21.269)	(114.637)	(21.282)	(114.652)
Outros resultados abrangentes:					
<i>Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado</i>					
Ganho (perda) cambial em instrumentos de hedge durante o período	18	5.651	-	5.651	-
Reciclagem	18	(107)	-	(107)	-
Ajustes de conversão operações/controladas no exterior	11	(519)	207	(519)	207
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO</b>		<b>(16.244)</b>	<b>(114.430)</b>	<b>(16.257)</b>	<b>(114.445)</b>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL ATRIBUÍDO AOS					
Acionistas controladores		(16.257)	(114.445)		
Acionistas não controladores		13	15		

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
Em milhares de reais - R\$



	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de incentivos fiscais	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Reserva de hedge de fluxo de caixa	Ajustes acumulados de conversão	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participações de acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2020		1.310.322	5.073	95.708	(50.922)	(1.043.621)	-	367	316.927	120	317.047
Custos diretos na emissão de ações		(592)	-	-	-	-	-	-	(592)	-	(592)
Opções outorgadas (Plano de opção de ações)		-	1.962	-	-	-	-	-	1.962	-	1.962
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Prejuízo do período		-	-	-	-	(114.652)	-	-	(114.652)	15	(114.637)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	207	207	-	207
<b>SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020</b>		<b>1.309.730</b>	<b>7.035</b>	<b>95.708</b>	<b>(50.922)</b>	<b>(1.158.272)</b>	<b>-</b>	<b>574</b>	<b>203.852</b>	<b>132</b>	<b>203.984</b>
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2021		1.312.502	24.503	-	(50.922)	(934.963)	-	2.689	353.809	154	353.963
Opções outorgadas (Plano de opção de ações)	20	-	1.431	-	-	-	-	-	1.431	-	1.431
Prejuízo do período		-	-	-	-	(21.282)	-	-	(21.282)	13	(21.269)
Outros		-	-	-	-	1	-	-	1	-	1
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(5.544)	519	(5.025)	-	(5.025)
<b>SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021</b>		<b>1.312.502</b>	<b>25.934</b>	<b>-</b>	<b>(50.922)</b>	<b>(956.244)</b>	<b>(5.544)</b>	<b>3.208</b>	<b>328.934</b>	<b>167</b>	<b>329.101</b>

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias.

# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais - R\$



	Notas	Consolidado		Controladora	
		31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Prejuízo do período		(21.269)	(114.637)	(21.282)	(114.652)
Ajustes por:					
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	-	(1.490)	2.074
Depreciação e amortização	23	28.956	22.259	16.768	12.722
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10	(5.078)	2.207	(13.139)	921
Provisão (reversão) para riscos e correção monetária	17	(313)	(7.687)	(165)	703
Serviços de transportes de contêineres	26	17.025	-	17.025	-
Despesa com plano de opção de ações	20	1.431	1.962	1.431	1.962
Juros, encargos e variação cambial, líquidas		64.419	145.673	46.451	122.884
Recursos com subvenção – AFRMM aplicados	9	(11.909)	(9.787)	(11.909)	(9.787)
Outros		781	(3.037)	249	(4.693)
<i>Variações de ativos e passivos:</i>					
Contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas		(11.590)	(19.310)	(5.899)	(7.370)
Estoques		(3.730)	617	(2.247)	681
Tributos a recuperar ou compensar		9.955	93	748	(2.197)
Fundo da Marinha Mercante - AFRMM		9.669	3.066	9.669	3.066
Sinistro a recuperar		35.725	-	35.728	-
Outros ativos		(10.919)	(11.934)	(8.066)	(8.729)
Depósitos judiciais		(24)	15.884	139	15.902
Salários e encargos sociais		(2.846)	(7.393)	(815)	(7.209)
Impostos e contribuições a recolher		(11.807)	4.523	(840)	715
Fornecedores e provisões operacionais e valores a pagar a partes relacionadas		(36.346)	23.868	(41.568)	24.111
Pagamentos de provisão para riscos		(450)	(558)	(377)	(191)
Outros passivos		1.374	(3.159)	1.467	(166)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>53.054</b>	<b>42.650</b>	<b>21.878</b>	<b>30.747</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Integralização de capital e AFAC	11	-	-	(117.107)	(79.083)
Adições ao imobilizado e intangível	12/13	(122.562)	(75.030)	(3.354)	(798)
Aplicações financeiras		112.241	61.455	140.539	61.467
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>		<b>(10.321)</b>	<b>(13.575)</b>	<b>20.078</b>	<b>(18.414)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Captação de mútuos com controladas	26	-	-	26.046	8.189
Pagamento de mútuos com controladas		-	-	(32.306)	(1.550)
Mútuos concedidos		(1.000)	-	(1.000)	-
Amortização empréstimos e financiamentos		(30.417)	(23.411)	(25.382)	(19.722)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(18.486)	(16.749)	(16.509)	(16.045)
Obrigações com arrendamento mercantil		(11.628)	(9.764)	(8.434)	(8.541)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(61.531)</b>	<b>(49.924)</b>	<b>(57.585)</b>	<b>(37.669)</b>
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(18.798)</b>	<b>(20.849)</b>	<b>(15.629)</b>	<b>(25.336)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		101.338	55.315	65.836	49.444
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		82.540	34.466	50.207	24.108

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias.



# DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em milhares de reais - R\$



	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
<b>Geração do valor adicionado</b>				
Receita gerada:	339.597	312.027	201.514	216.687
Receita bruta	328.720	303.134	190.582	207.805
Outras receitas	11.909	9.787	11.909	9.787
Provisão (reversão) para perda de crédito esperada – PCE	(1.032)	(894)	(977)	(905)
Insumos aplicados na geração da receita de serviços:	(147.621)	(137.870)	(106.178)	(117.996)
Serviços contratados	(111.458)	(107.691)	(83.148)	(85.956)
Materiais	(6.709)	(3.261)	(2.775)	(1.464)
Óleo combustíveis e gases	(25.920)	(28.483)	(20.014)	(27.311)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	313	5.675	165	(512)
Outros	(3.847)	(4.110)	(406)	(2.753)
Valor adicionado bruto	191.976	174.157	95.336	98.691
Depreciação e amortização	(28.956)	(22.259)	(16.768)	(12.721)
Valor adicionado líquido	163.020	151.898	78.568	85.970
Valor adicionado recebido por transferência:	17.289	28.838	12.722	11.734
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	1.490	(2.074)
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais ativas	17.289	28.838	11.232	13.808
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>180.309</b>	<b>180.736</b>	<b>91.290</b>	<b>97.704</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal:	40.493	38.830	21.509	21.938
Remuneração	31.851	29.491	17.482	17.353
Benefícios	6.370	7.587	3.074	3.862
FGTS	2.272	1.752	953	723
Impostos, taxas e contribuições:	33.889	44.041	15.563	28.593
Federal	18.603	29.178	4.859	16.500
Estadual	11.634	11.840	10.389	11.687
Municipal	3.652	3.023	315	406
Remuneração de capitais de terceiros:	127.196	212.502	75.500	161.825
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais passivas	85.406	165.844	63.539	138.929
Afretamentos, locações e arrendamentos	41.790	46.658	11.961	22.896
Remuneração de capitais próprios:	(21.269)	(114.637)	(21.282)	(114.652)
Prejuízos retidos	(21.282)	(114.652)	(21.282)	(114.652)
Participação de acionistas não controladores	13	15	-	-
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>180.309</b>	<b>180.736</b>	<b>91.290</b>	<b>97.704</b>

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas (“Log-In” ou “Companhia”) são prestadoras de serviços marítimos de cabotagem e longo curso (Mercosul), além de operarem terminais terrestres e portuários no Brasil.

A Companhia oferece soluções logísticas integradas (“one stop shop”) para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta, ou seja, por meio marítimo complementado pela ponta rodoviária, bem como armazenagem de carga em terminais portuários. A Companhia possui sete navios próprios em operação até 31 de março de 2021.

A Log-In (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem seus títulos negociados na bolsa de valores de São Paulo - B3 S.A. - sob o código LOGN3.

## 2. DESTAQUES

A Administração destaca a seguir alguns assuntos importantes nesta divulgação:

- Aquisição de Embarcação (Log-In Discovery)

A subsidiária Log-In International GmbH (“Log-In GmbH”), sediada na Áustria, concluiu no dia 23 de fevereiro de 2021 a compra de uma embarcação porta-contêiner, adquirida da Klaveness Container AS pelo valor de US\$21 milhões. O navio possui capacidade nominal de 2.550 TEUs e foi construído no estaleiro chinês Jiangsu Yangzijiang Shipbuilding.

A aquisição do Log-In Discovery faz parte do plano de negócios e de adequação da frota atual da Companhia, através da gestão eficaz de seus ativos estratégicos, com foco na excelência operacional, contribuindo para o desenvolvimento do modal da navegação de Cabotagem brasileira, bem como do fortalecimento da Marinha Mercante do Brasil.

## 3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

### 3.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, foram elaboradas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB”. Essas informações financeiras intermediárias foram elaboradas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Trimestrais – ITR.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 3.2 BASE DE ELABORAÇÃO

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

### 3.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Estas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, com arredondamento quando aplicável, exceto quando indicado de outra forma.

Para as controladas do exterior que atuam em ambiente econômico estável e possuem moeda funcional distinta da Controladora (Reais), as demonstrações do resultado são convertidas para Reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

Para a controlada Log-In Mercosur, que atua em ambiente de economia hiperinflacionária (Argentina), os demonstrativos financeiros foram preparados pela administração daquela investida na moeda funcional daquele país e posteriormente convertidos para a moeda de apresentação da controladora utilizando os preceitos previstos pelo CPC 42 – Contabilidade em economia hiperinflacionária (IAS 29).

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da alienação dos investimentos.

### 3.4 BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até 31 de março de 2021. Outras informações sobre as controladas da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 11.

O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as informações financeiras intermediárias das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do grupo são eliminados nas informações financeiras intermediárias consolidadas.

As participações minoritárias em controladas são identificadas separadamente da participação da Companhia nessas controladas. O valor contábil das participações minoritárias corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das participações minoritárias.

### 3.5 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções logísticas integradas (“one stop shop”) para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta. Com vistas a proporcionar a intermodalidade aos clientes (solução de transporte porta-a-porta), a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, rodoviários de curta distância, terminais terrestres, terminais portuários e armazenagem.

Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes. As informações reportadas ao Presidente da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho da Companhia considera essa intermodalidade dos serviços prestados como um único segmento operacional.

### 3.6 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (“DFC”)

A Companhia classifica na demonstração dos fluxos de caixa os juros pagos e os mútuos obtidos como atividade de financiamento, os mútuos concedidos como atividade de investimento e os dividendos recebidos como atividade operacional. Sendo assim, a Companhia entende que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros, os dividendos recebidos representam uma extensão de suas atividades operacionais, os mútuos obtidos são úteis para prever as exigências sobre futuros fluxos de caixa, bem como para gerir sua capacidade financeira, utilizando recursos externos com objetivo de financiar as atividades operacionais e de financiamento e os mútuos concedidos representam aumento e/ou diminuição dos ativos de longo prazo (não circulantes) que a empresa utiliza para produzir bens e serviços.

### 3.7 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras intermediárias individuais e como informação suplementar às informações financeiras intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

### 3.8 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação dessas informações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas. Essas práticas contábeis são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores apresentadas para fins de comparação.

#### a) IFRS/CPC novas e alteradas em vigor no exercício corrente

A partir de 1º de janeiro de 2021, estão vigentes as seguintes novas normas e alterações:

- Alterações ao IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16- Reforma da Taxa de Juros de Referência (2ª fase);
- IFRS 17 - Contratos de Seguros.

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas informações intermediárias individuais e consolidadas de 31 de março de 2021 e períodos comparativos. A partir do 2º semestre de 2021, a Companhia avaliará os impactos da substituição da taxa *Libor*, prevista a ser extinta no final de 2021, por outra taxa referencial alternativa sobre os ativos e passivos monetários.

## 4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A preparação das informações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas informações financeiras estão apresentados nas seguintes notas explicativas:

Estimativas e julgamentos contábeis críticos	Nota explicativa
Mensuração das perdas de crédito esperadas (“PCE”)	6
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	10
Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	10
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	12
Premissas para testes de recuperabilidade de ativos imobilizado	12
Taxa de desconto incremental utilizada para mensurar as obrigações com arrendamentos	14
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	17
Receitas altamente prováveis sujeitas à relação de <i>hedge accounting</i>	18
Remuneração baseada em ações	20

## ▪ COVID-19

No final de 2019 os casos de coronavírus (“COVID-19”) foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de vários países impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo.

Ato contínuo, o Governo Brasileiro estabeleceu que alguns serviços essenciais não poderiam paralisar suas operações durante o período de crise e isolamento social provocado pela pandemia, dentre estes estão enquadrados os serviços de logística. Desta forma, a Companhia e suas subsidiárias continuam operando com todas as suas embarcações e terminais, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

A Companhia obteve sucesso na execução do seu plano definido para o período de pandemia, sendo os principais resultados e ações tomadas pela Administração a seguir descritas:

- A receita líquida do 1º trimestre de 2021 no montante de R\$296.715 superou em 9% a realizada no mesmo período do ano anterior (R\$271.339);
- A variação cambial no 1º trimestre de 2021 teve impacto contábil relevante, porém com reduzido efeito caixa. Adicionalmente adotamos o *hedge accounting* a partir de 01 de março de 2021, conforme nota explicativa nº 18, reduzindo o efeito cambial no resultado e represando o montante no patrimônio líquido;
- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas;
- Não houve aumento relevante em relação à inadimplência dos clientes, principalmente os de grande porte;
- Estamos preservando os recursos do “*Follow-on*” realizado em 2019, pois acreditamos que em épocas de crises como na atual pandemia, a disciplina financeira e a consequentemente preservação do caixa são extremamente importantes para a evolução saudável dos negócios, e neste contexto estamos reavaliando o nosso projeto de crescimento em função dos desdobramentos da crise econômica provocada pela pandemia da COVID19;
- Não tivemos impactos negativos na cadeia logística no 1º trimestre de 2021. A capacidade de atendimento foi mantida na navegação, com todos os navios operando normalmente. No rodoviário não perdemos capacidade de atendimento/disponibilidade; e
- Durante as operações do mês de abril de 2021 (não revisado pelos nossos auditores independentes), os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas informações financeiras intermediárias.

Um dos valores fundamentais da Companhia é a segurança, dessa forma, estamos adotando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. Seguem as principais medidas já adotadas pela Companhia:

- Criação de Comitê de Crise com reuniões diárias e acompanhamento semanal com a liderança;
- Aplicação do Home Office para as atividades administrativas;
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais;
- Disponibilização de apoio psicológico para os colaboradores de forma *on-line*;
- Disponibilização de boas práticas ligadas a gestão da emoção, ergonomia, gerenciamento de tarefas e administração do tempo para os colaboradores da organização;
- Realização de desinfecção nos terminais;
- Aplicação de vacina contra gripe H1N1 nos terminais;
- Disponibilização de máscara para os colaboradores;
- Aplicação do teste rápido para a tripulação ao realizar a troca de turma dos navios.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem *impairment* de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas informações financeiras intermediárias encerradas em 31 de março de 2021. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de seus colaboradores e de terceiros, além dos seus ativos.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### ▪ Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa, mensurados a valor justo por meio do resultado, compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor.

As aplicações financeiras são inicialmente mensuradas a valor justo e subsequentemente de acordo com as suas respectivas classificações:

- Custo amortizado: fluxos de caixa que constituem o recebimento, em datas especificadas, de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e o modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: títulos nos quais a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes;
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais títulos e valores mobiliários.

### ▪ Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e bancos	25.628	26.152	5.659	4.939
Aplicações financeiras	56.912	75.185	44.548	60.897
	<b>82.540</b>	<b>101.337</b>	<b>50.207</b>	<b>65.836</b>

As aplicações financeiras referem-se principalmente a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 108% do CDI, e em debêntures compromissadas vinculadas a CDI, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 79% do CDI.

▪ **Composição das aplicações financeiras**

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Custo amortizado	3.895	3.878	2.733	2.722
Valor justo por meio do resultado	496.076	608.334	467.784	608.334
	<b>499.971</b>	<b>612.212</b>	<b>470.517</b>	<b>611.056</b>
Circulante	496.076	608.334	467.784	608.334
Não circulante	3.895	3.878	2.733	2.722

As aplicações financeiras referem-se principalmente a investimentos em CDB, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 105% do CDI (105% em 31 de dezembro de 2020).

Parte substancial dessas aplicações financeiras, no montante de R\$496.076, são oriundas dos recursos da emissão de ações realizada pela Companhia no exercício de 2019, e serão destinadas a expansão estratégica dos ativos da Companhia. Sendo assim, no julgamento da administração estas não atendem aos critérios de equivalentes de caixa definidos no item 7 do CPC 03(R2).

O saldo de aplicações financeiras no “não circulante” refere-se ao colateral dado em garantia na operação de contratação de cartas fianças, junto aos Bancos ABC e Daycoval, para garantia de processos judiciais. Até março de 2020, a carta fiança contratada com o Banco ABC para garantia do financiamento junto ao BNDES/FMM, possuía um colateral em aplicação financeira vencida em abril de 2020, que foi substituída pela carta fiança contratada junto ao Banco Safra e sem colateral no mesmo período.

**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

▪ **Política contábil**

Contas a receber de clientes representam os valores a receber pelos serviços prestados pela Companhia. O contas a receber é reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber.

▪ **Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Ao mensurar a Perdas de Crédito Esperadas (“PCE”) a Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante da não concretização do efetivo pagamento pelos seus clientes. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE, que é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período de tempo específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. O histórico de perdas de valores a receber de clientes é inferior a 1% da receita anual.

A Companhia constituiu provisão (PCE) para todas as contas a receber glosadas e valores decorrentes de serviços adicionais (custos extras) vencidos há mais de 180 dias, uma vez que a experiência histórica indicou que essas contas a receber em geral não são recuperáveis.

▪ Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Contas a receber de clientes	224.578	211.955	150.379	142.973
Provisão para perdas de crédito esperadas	(8.047)	(7.014)	(7.864)	(6.887)
	216.531	204.941	142.515	136.086

"Aging list" do contas a receber de clientes	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Valores a vencer	164.853	166.282	102.942	106.339
Valores vencidos:				
De 0 a 30 dias	17.603	17.188	13.800	10.447
De 31 a 90 dias	19.753	6.262	13.607	6.120
De 91 a 180 dias	12.367	11.913	10.985	10.095
De 181 a 360 dias	6.817	6.829	6.718	6.764
Acima de 360 dias	3.185	3.481	2.327	3.208
	224.578	211.955	150.379	142.973

Movimentação das perdas de crédito esperadas	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Saldo iniciais	(7.014)	(11.393)	(6.887)	(7.905)
Adições e Reversões	1.639	2.570	1.577	2.456
Baixas (reversões) em contas a receber	(2.671)	1.809	(2.553)	(1.438)
Saldo finais	(8.047)	(7.014)	(7.864)	(6.887)

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

▪ Composição

As principais transações da Companhia com partes relacionadas são oriundas de prestação de serviços com empresas controladas relacionadas na nota explicativa nº 11.

	Controladora			
	31.03.2021		31.12.2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Terminal de Vila Vella S.A. (a)	13.135	66.738	14.075	70.682
Log-In Mercosur (b)	9.101	9.404	9.463	9.855
Log-In International GmbH. (c)	78.303	6.495	71.027	4.169
Log-In Uruguay (d)	305	859	269	808
Log-In Navegação (e)	10.615	10.631	7.140	11.580
Log-In Marítima (f)	15.429	16.453	18.169	13.185
	126.888	110.580	120.143	110.279
Circulante	48.585	67.359	49.115	61.050
Não circulante	78.303	43.221	71.028	49.229

Os saldos ativos com partes relacionadas referem-se, basicamente, às seguintes transações:

- Dividendos a receber junto ao Terminal de Vila Velha S.A. no montante de R\$12.069, compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$941 e reembolso de despesas no valor de R\$125, transações essas sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- Dividendos a receber junto a Log-In Mercosur no montante de R\$6.143, serviço de frete no valor de R\$778 e R\$2.180 de limpeza de contêiner, transações essas sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- Mútuos concedidos no montante de R\$78.303 correspondente a US\$13.744, com encargos equivalentes a 2% a.a. mais taxa libor, com vencimento em 31 de dezembro de 2026.
- Valores a receber junto a Log-in Uruguay decorrentes de reembolsos de despesas administrativas, transações essas sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.



- (e) Valores a receber decorrentes do compartilhamento de despesas administrativas, sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- (f) Distribuição de lucros aos sócios no montante de R\$11.451, compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$373 e conta corrente com controlada referente a despesas com embarcação Log-In Polaris no valor de R\$3.605.

Os saldos passivos com partes relacionadas referem-se, basicamente, às seguintes transações:

- (a) Mútuos no montante de R\$43.221, com encargos equivalentes a 104% do CDI e valores a pagar no montante de R\$23.517 referente a movimentação de carga e descarga de contêineres, sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- (b) Serviços de operações portuárias no valor de R\$8.652 e comissão de vendas no valor de R\$752, sem incidência de juros e prazo de vencimento.
- (d) Reembolso de despesas administrativas, sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- (e) Valores a pagar referente ao afretamento embarcação com a controlada, sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- (f) Valores a pagar referente ao afretamento embarcação com a controlada no montante de R\$12.201 e reembolso de despesas no valor de R\$4.252, sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.

As transações com partes relacionadas registradas no resultado da Companhia totalizam os montantes discriminados abaixo:

	Controladora			
	31.03.2021		31.03.2020	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Log-In Navegação	-	(3.641)	18	(5.255)
Log-In International GmbH	552	(1.836)	-	-
Terminal de Vila Velha S.A.	3	(1.384)	-	(1.858)
Log-In Mercosur S.R.L.	83	(57)	100	(384)
Log-In Uruguay	-	(7)	-	-
Log-In Marítima	-	(4.594)	-	(7.395)
	<b>638</b>	<b>(11.519)</b>	<b>118</b>	<b>(14.892)</b>

	Controladora			
	31.03.2021		31.03.2020	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Fretes e serviços	86	(11.258)	118	(14.850)
Receitas financeiras	552	-	-	-
Despesas financeiras	-	(261)	-	(42)
	<b>638</b>	<b>(11.519)</b>	<b>118</b>	<b>(14.892)</b>

O saldo de mútuo com a controlada TVV teve a seguinte movimentação no período:

	Saldo em 31/12/2020	Captação, líquida IOF	Juros incorridos	Pagamento de mútuos	Saldo em 31/03/2021
Mútuo com controlada	49.229	26.046	252	(32.306)	43.221

O saldo de mútuo a receber com a controlada Log-In International GmbH teve a seguinte movimentação no período:

	Saldo em 31/12/2020	Encargos financeiros e variação cambial	Pagamento de mútuos	Saldo em 31/03/2021
Mútuos com controladas	71.028	7.275	-	78.303

A remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo benefícios de curto e longo prazos, está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Remuneração e bônus(*)	1.803	8.176	1.803	8.176
Plano de opção de ações	1.431	1.962	1.431	1.962
	<b>3.234</b>	<b>10.138</b>	<b>3.234</b>	<b>10.138</b>

(\*) Pagamento antecipado em 2020 referente a bonificação.

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

### Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Imposto e renda e contribuição social	3.867	321	3.626	194
PIS e COFINS	17.599	21.032	5.385	7.842
PIS e COFINS – Armadores estrangeiros (a)	28.294	37.045	-	-
Contribuição salário educação	3.099	3.099	-	-
Outros	3.329	4.646	1.844	3.567
	<b>56.188</b>	<b>66.143</b>	<b>10.855</b>	<b>11.603</b>
Circulante	42.269	49.363	10.855	11.603
Não circulante	13.919	16.780	-	-

(a) Refere-se a valores a recuperar em sua controlada TVV decorrentes de contribuições (PIS e COFINS) sobre serviços prestados para armadores estrangeiros. A Companhia e sua controlada TVV vêm realizando estudos e análises sobre os efeitos tributários incidentes sobre suas operações, notadamente no que tange às contribuições sociais PIS/COFINS. Tais tributos a recuperar decorreram de indêbitos fiscais.

## 9. ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - “AFRMM”

### Política contábil

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) foi instituído pelo Decreto-lei nº 2.404/1987 e disciplinado pela Lei nº 10.893/2004. Com as alterações trazidas pelas Leis nº 12.599/2012 e 12.788/2013, a administração das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, restituição e ressarcimento do AFRMM passou a ser de responsabilidade da Receita Federal do Brasil (RFB).

O AFRMM destina-se a atender aos encargos da intervenção da União no apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval brasileira e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

A Companhia auferir 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes, cujos montantes podem apenas ser utilizados na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita subvencionada na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia.

O benefício do AFRMM é reconhecido no ativo e passivo circulantes quando da liberação para a conta vinculada dos recursos a receber do Fundo da Marinha Mercante - FMM, bem como os valores a receber do FMM referentes às amortizações de financiamentos efetuados com recursos próprios da Companhia.

Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado quando da amortização dos financiamentos à medida que ocorre o cumprimento das obrigações previstas na legislação específica.

As subvenções para investimento não estão sujeitas à tributação, devendo ser registradas como reservas de lucros até o limite do lucro líquido do exercício, conforme nota explicativa nº 18. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação vigente.

#### ▪ Composição

	Consolidado e Controladora	
	31.03.2021	31.12.2020
Balanco patrimonial - Ativos:		
AFRMM a aplicar (parcela liberada)	16.735	15.688
AFRMM a aplicar	17.127	16.030
	<b>33.862</b>	<b>31.718</b>
Circulante	16.735	15.688
Não circulante	17.127	16.030

A movimentação dos recursos oriundos do AFRMM registrados pela Companhia nas informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2021, está assim demonstrada:

	Consolidado e Controladora	
	31.03.2021	31.12.2020
Saldo inicial	31.718	27.914
Adições/receita	11.909	49.354
Transferência para conta corrente	(9.669)	(45.432)
Outros	(96)	(118)
<b>Saldo final</b>	<b>33.862</b>	<b>31.718</b>

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### ▪ Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos e créditos fiscais sejam utilizáveis, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro base do registro contábil do ativo fiscal diferido em 31 de março de 2021 baseia-se em estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de movimentação de containers e cargas, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

Além disso, a Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as informações financeiras intermediárias consolidadas. A LogIn e suas controladas estão sujeitas a revisões das declarações de imposto de renda e de outros impostos e, portanto, podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

## Reconciliação do Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro (CSLL)

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Prejuízo antes dos impostos	(26.347)	(106.069)	(34.421)	(113.731)
Crédito (despesas) IRPJ e CSLL à alíquota efetiva (34%)	8.958	36.063	11.703	38.669
Ajustes:				
Receitas subvenções fiscais (AFRMM aplicado)	4.049	3.328	4.049	3.328
Resultado de equivalência	-	-	507	(704)
Créditos sobre prejuízos fiscais não reconhecidos	(2.237)	(37.971)	(1.151)	(30.508)
Arredamento Mercantil - CPC 06 (R2)	(3.811)	(6.693)	(2.907)	(6.389)
Crédito presumido de ICMS	783	-	783	-
Outros	(2.664)	(3.296)	155	(5.317)
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>5.078</b>	<b>(8.569)</b>	<b>13.139</b>	<b>(921)</b>
Corrente	(8.648)	(6.361)	-	-
Diferido	13.726	(2.207)	13.139	(921)

## Composição

Impostos diferidos	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Balanco patrimonial - ativo (líquido):				
Prejuízos fiscais e bases negativas	190.397	190.397	171.074	171.074
Diferenças temporárias (a)	67.209	48.567	57.251	41.641
	<b>257.606</b>	<b>238.964</b>	<b>228.325</b>	<b>212.715</b>
Balanco patrimonial - passivo (líquido):				
Diferenças temporárias (b)	12.884	10.851	-	-
	<b>12.884</b>	<b>10.851</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

- Diferenças temporárias ativas relacionadas, basicamente, às provisões operacionais e administrativas, provisões para riscos e variação cambial tributadas pelo regime de caixa.
- Diferenças temporárias passivas relacionadas, basicamente, a recuperação (outras receitas) de indêbitos fiscais tributadas conforme compensação dos créditos e depreciação acelerada de embarcação.

A expectativa de realização desses créditos fiscais diferidos ativos, conforme estudo aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na data base de 31 de dezembro de 2020 e atualizado para 31 de março de 2021, está demonstrada conforme quadro abaixo:

Ano	Consolidado	Controladora
	31.03.2021	31.03.2021
2021 (9 meses)	5.926	4.260
2022	8.728	6.551
2023	12.184	10.122
2024	20.985	18.607
2025	25.256	22.763
2026-2028	93.890	84.640
2029-2030	90.637	81.382
	<b>257.606</b>	<b>228.325</b>

As principais premissas do Estudo Técnico (Plano de Negócios) são:

- Premissas operacionais e econômicas que levaram em consideração uma operação com uma frota de sete embarcações próprias, trazidas no direito de tonelagem;
- O navio Log-In Polaris, construído em estaleiro chinês, iniciou sua operação em dezembro de 2019 e além de incrementar a receita proporcionou a redução dos custos e das despesas operacionais, em função da sua modernidade e maior capacidade de transporte, acarretando na diluição dos custos fixos. Adicionalmente realizamos duas novas aquisições de embarcações - Log-In Endurance e Log-In Discovery - em 2020 e no 1º trimestre de 2021, respectivamente, como parte da expansão estratégica dos ativos da Companhia.

As bases e os impostos apresentados a seguir representam os créditos tributários não registrados contabilmente em 31 de março de 2021, em função da ausência de perspectiva de realização desses montantes no estudo técnico aprovado.

Descrição	Consolidado		Controladora	
	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido
IRPJ	729.061	182.265	725.608	181.402
CSLL	729.061	65.616	725.608	65.305
<b>Total</b>		<b>247.881</b>		<b>246.707</b>

## 11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

### ▪ Política contábil

Nas informações financeiras intermediárias individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

### ▪ Composição

Entidades	Atividade principal	Quantidade de quotas/ações	% de participação
Log-In Internacional GmbH (a)	Logística	1	100,00
Log-In Mercosur S.R.L. (b)	Apoio portuário	567.819	94,00 <sup>1</sup>
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. (c)	Apoio portuário	100.000	100,00
Log-In Navegação Ltda. (d)	Cabotagem	10.000.000	100,00
Log-In Marítima Cabotagem Ltda. (e)	Cabotagem	10.000.000	99,999 <sup>2</sup>
Terminal de Vila Velha S.A. (f)	Portuária e armazenagem	9.766.706	99,90

1) 6% são detidos pela Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. 2) 0,001% detidos pelo TVV.

a) Log-In Internacional GmbH (“GmbH”)

Empresa sediada na Áustria, com atuação no país ou no exterior e propósito de administrar, adquirir, vender ou alugar propriedade real e pessoal em todo o mundo, no campo da logística e especificamente em relação com as empresas do grupo Log-In.

b) Log-In Mercosur S.R.L. (“Log-In Mercosur”)

Sociedade sediada na Argentina, com atuação na prestação de serviços de administração e logística, com assessoramento especializado no transporte, distribuição de materiais e equipamentos, por vias aérea, terrestre, marítima ou fluvial; no país ou exterior, além de armazenagem e despacho aduaneiro.

c) Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. (“Log-In Uruguay”)

Empresa sediada no Uruguai, com atuação no país ou no exterior, cujo objeto consiste em participar de outras sociedades, assim como realizar e administrar todo tipo de atividades de investimentos em títulos e valores mobiliários, além de compra, venda, aluguel, administração, construção e operações com bens imóveis, exceto bens rurais.

d) Log-In Navegação Ltda. (“Log-NAV”)

Sociedade sediada no Brasil cujo objeto consiste em explorar, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem de longo curso e fluvial, assim como agenciar e armar embarcações, promover a representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades.

e) Log-In Marítima Cabotagem Ltda. (“Log-MAR”)

Empresa sediada no Brasil, com atuação na exploração de embarcações próprias ou de terceiros, no comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem, de longo curso e fluvial, no agenciamento e armação de embarcações, na representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, operações de transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades.

f) Terminal de Vila Velha S.A. (“TVV”)

Empresa sediada no Brasil, que atua como operador portuário na exploração comercial dos berços 203 e 204 do cais de Capuaba, no Porto Organizado de Vitória, Espírito Santo e de suas instalações portuárias complementares e equipamentos destinados a movimentação de contêineres e carga geral diversa, além da operação de transporte multimodal.

Adicionalmente, no início de 2021 o TVV assinou o contrato nº 04/2021 SEI 50904.100300/2021-15, em decorrência do êxito no âmbito do Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2020, organizado pela Companhia Docas do Estado do Espírito Santo (“CODESA”), para exploração provisória da área nº 5 do Porto Organizado de Vitória/ES pelo prazo de 180 dias, onde a subsidiária TVV movimentará carga geral (veículos), reforçando a sua participação no Porto Organizado de Vitória/ES, e a ampliação dos serviços ofertados à sua base atual e potencial de clientes.

▪ **Movimentação financeira das sociedades controladas**

	31.03.2021				31.12.2020			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do período	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do período
Log-In Internacional GmbH	250.577	94.831	155.746	(8.339)	136.606	87.078	49.528	(562)
Log-In Mercosur S.R.L.	23.823	13.093	10.730	2.806	20.233	12.314	7.919	4.791
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.	2.065	453	1.612	(246)	1.761	416	1.345	(240)
Log-In Navegação Ltda.	190.134	200.805	(10.671)	(5.140)	181.715	188.995	(7.280)	11.134
Log-In Marítima Cabotagem Ltda.	200.731	34.559	166.172	(341)	197.400	30.887	166.513	12.503
Terminal de Vila Velha S.A.	346.287	174.663	171.624	12.930	339.249	180.555	158.694	50.358

▪ **Movimentação dos investimentos em sociedades controladoras**

	GmbH	Log-In Mercosul	Log-In Uruguay	Log-MAR	TVV	Log-NAV	Total
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>50.089</b>	<b>5.612</b>	<b>939</b>	<b>40.382</b>	<b>120.297</b>	<b>(48.322)</b>	<b>168.997</b>
Equivalência patrimonial	4.889	1.023	(14)	(2.401)	15.740	(21.309)	(2.072)
Aumento de capital	68.293	-	-	-	4	-	68.297
Ajustes de conversão	-	1.119	203	-	-	-	1.322
<b>Saldos em 31/03/2020</b>	<b>123.271</b>	<b>7.754</b>	<b>1.128</b>	<b>37.981</b>	<b>136.041</b>	<b>(69.631)</b>	<b>236.544</b>
AFAC a capitalizar	-	-	-	125.076	-	22.509	147.585
<b>Saldos em 31/03/2020</b>	<b>123.271</b>	<b>7.754</b>	<b>1.128</b>	<b>163.057</b>	<b>136.041</b>	<b>(47.122)</b>	<b>384.129</b>
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>49.528</b>	<b>7.446</b>	<b>1.346</b>	<b>166.512</b>	<b>158.540</b>	<b>(7.279)</b>	<b>376.093</b>
Equivalência patrimonial	(8.339)	2.636	(246)	(341)	12.919	(5.140)	1.489
Aumento de Capital	114.554	-	-	-	-	2.550	117.104
Ganho (perda) hedge	-	-	-	-	-	(800)	(800)
Ajustes de conversão	-	6	513	-	-	-	519
<b>Saldos em 31/03/2021</b>	<b>155.743</b>	<b>10.088</b>	<b>1.613</b>	<b>166.171</b>	<b>171.459</b>	<b>(10.669)</b>	<b>494.405</b>
Investimentos (ativo)	155.743	10.088	1.613	166.171	171.459	-	505.074
Perda com investimento (passivo)	-	-	-	-	-	(10.669)	(10.669)

**12. IMOBILIZADO**

▪ **Política contábil**

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*).

Os gastos com grandes manutenções (docagem) planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das embarcações são reconhecidos no ativo imobilizado. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

▪ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém inalterada, em decorrência da atual idade das mesmas, das perspectivas de suas operacionalidades normais e da manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada, que é de vinte anos.

Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Em 31 de março de 2021, a Administração da Companhia não identificou indicadores de *impairment*.

▪ Composição

	Taxas médias anuais	Consolidado		Controladora	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
<b>Bens em operação:</b>					
Embarcações	5%	744.620	628.968	164.303	164.303
Edificações e Instalações	6%	98.319	96.419	10.849	10.589
Máquinas e equipamentos	7%	81.417	79.912	4.584	3.496
Benfeitorias embarcações afretadas	20%	89.082	88.472	81.036	80.767
Móveis e utensílios	10%	8.553	8.533	4.547	4.527
Equipamentos de processamento de dados	20%	39.660	39.515	20.387	20.387
Benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10%	14.831	14.849	11.266	11.266
Veículos	20%	453	453	96	96
Outros bens	20%	1.145	1.274	727	747
		<b>1.078.080</b>	<b>958.395</b>	<b>297.795</b>	<b>296.178</b>
Imobilizações em curso		52.117	56.949	39.830	43.993
<b>Imobilizado custo</b>		<b>1.130.197</b>	<b>1.015.344</b>	<b>337.625</b>	<b>340.171</b>
Depreciação acumulada		(398.033)	(381.876)	(163.345)	(157.544)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>732.164</b>	<b>633.468</b>	<b>174.280</b>	<b>182.627</b>

▪ Movimentação

	Consolidado						Controladora	
	Embarcações	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias embarcações afretadas	Demais bens	Imobilizações em curso	Total	Total
<b>Custo</b>								
Saldos em 31/12/2019	558.222	93.209	76.098	82.100	60.358	49.956	919.942	332.395
Adições	69.344	-	-	-	17	26.042	95.403	7.779
Transferências	1.401	3.211	3.814	6.372	4.249	(19.047)	-	-
Saldos em 31/12/2020	628.967	96.419	79.912	88.472	64.623	56.951	1.015.344	340.173
Adições	115.422	-	-	-	-	6.652	122.074	2.861
Transferências	231	1.900	1.505	610	19	(4.265)	-	-
Reclassificações	-	-	-	-	-	(7.221)	(7.221)	(5.409)
Saldos em 31/03/2021	744.620	98.319	81.417	89.082	64.642	52.117	1.130.197	337.625
<b>Depreciação acumulada</b>								
Saldos em 31/12/2019	(147.168)	(33.991)	(58.066)	(38.750)	(42.768)	-	(320.744)	(134.030)
Adições	(36.688)	(4.397)	(3.265)	(12.383)	(4.399)	-	(61.131)	(23.517)
Saldos em 31/12/2020	(183.856)	(38.388)	(61.331)	(51.136)	(47.165)	-	(381.876)	(157.546)
Adições	(9.864)	(980)	(1.040)	(3.248)	(1.025)	-	(16.156)	(5.800)
Saldos em 31/03/2021	(193.720)	(39.368)	(62.371)	(54.384)	(48.190)	-	(398.033)	(163.345)
<b>Total</b>	<b>550.900</b>	<b>58.951</b>	<b>19.046</b>	<b>34.698</b>	<b>16.452</b>	<b>52.117</b>	<b>732.164</b>	<b>174.280</b>



As principais imobilizações em curso em 31 de março de 2021 são:

- R\$22.236, líquido da provisão constituída para perdas estimadas com realização dos ativos em construção (Cascos EI-506, EI-507 e EI-508) constituída em 2017, correspondente aos adiantamentos para construção de três navios porta-contêineres que estavam em construção pelo Estaleiro Ilha S.A. (EISA).
- R\$3.081 decorrentes de docagens dos navios Log-In Resiliente, Log-In Endurance e Log-In Jatobá.
- R\$8.651 refere-se principalmente a projetos de melhoria operacional da frota, tais como redução do consumo de combustível, revitalização do motor principal e do sistema de água de lastro.

Provisão para perdas estimadas com realização de ativos em construção:

Em 12 de julho de 2017, a Companhia rescindiu o contrato de construção de 3 (três) embarcações junto ao estaleiro EISA, conseqüentemente, foi constituída provisão para perdas estimadas com a realização dos referidos ativos, como segue:

Consolidado e Controladora				
Descrição	Cascos EI-506, EI-507 e EI-508	Indenização por inadimplemento contratual, a receber	Materiais e equipamentos no estaleiro	Provisão para perdas estimadas
Adiantamentos efetuados ao "EISA"	420.461	(59.632)	(22.236)	338.593
Encargos capitalizados	164.335	-	-	164.335
	<b>584.796</b>	<b>(59.632)</b>	<b>(22.236)</b>	<b>502.928</b>

A provisão para perdas estimadas está líquida do valor dessa indenização, assim como dos materiais e equipamentos levantados, no estaleiro, de aplicação nas referidas embarcações.

### 13. INTANGÍVEL

#### ▪ Política contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

#### ▪ Composição

	Consolidado	Controladora
	Sistemas	Total
<b>Custo</b>		
Saldos em 31/12/2020	124.437	114.057
Adições	3.372	2.952
Saldos em 31/03/2021	127.809	117.009
Intangível em desenvolvimento	4.307	2.914
Saldos em 31/03/2021	132.116	119.923
<b>Amortização acumulada</b>		
Saldos em 31/12/2020	(100.455)	(93.415)
Adições	(2.011)	(1.767)
Saldos em 31/03/2021	(102.466)	(95.182)
<b>Total</b>	<b>29.650</b>	<b>24.741</b>
Taxa média de amortização	20%	20%

Os principais intangíveis em desenvolvimento em 31 de março de 2021 são:

- R\$2.335 relativos a sistemas de suporte administrativo (*backoffice*) e de emissão de documentação;
- R\$1.844 referentes às plataformas de relacionamento com clientes.

#### 14. ARRENDAMENTO MERCANTIL

##### ▪ Política contábil

No início de um contrato, a Companhia avalia se esse instrumento é ou contém um arrendamento mercantil. Um contrato é ou contém um arrendamento quando a Companhia obtém o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período, em contrapartida de uma contraprestação.

A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início do contrato, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente amortizado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados à taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. Esses são classificados como circulante não circulante de acordo com os prazos das contraprestações.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

##### ▪ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As taxas incrementais são estimadas a partir da taxa de juros nominal livre de risco, adicionada do prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, o prazo e a data de início de cada contrato.

▪ Composição e movimentação dos ativos de direito de uso

	Consolidado							Controladora
	Equipamentos containers	Imóveis de escritório	Terminais portuários	Imóveis em terminais portuários	Equipamentos portuários	Embarcações	Total	Total
<b>Custo</b>								
Saldos em 31.12.2020	130.524	7.595	81.400	18.785	4.435	33.876	276.615	158.569
Adições	7.440	1.439	-	-	185	-	9.064	9.064
Saldos em 31.03.2021	137.964	9.034	81.400	18.785	4.620	33.876	285.679	167.633
<b>Amortização acumulada</b>								
Saldos em 31.12.2020	(51.346)	(5.598)	(9.066)	(7.207)	(2.884)	(5.785)	(81.886)	(64.981)
Adições	(7.293)	(729)	(656)	(933)	(755)	(423)	(10.789)	(9.199)
Saldos em 31.03.2021	(58.639)	(6.327)	(9.722)	(8.140)	(3.639)	(6.208)	(92.675)	(74.180)
	<b>79.325</b>	<b>2.707</b>	<b>71.678</b>	<b>10.645</b>	<b>981</b>	<b>27.668</b>	<b>193.004</b>	<b>93.453</b>
Taxas médias de amortização	45,23%	11,21%	3,57%	19,35%	75,00%	5,00%		

▪ Composição obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado	Controladora
	31.03.2021	31.03.2021
Equipamento de containers	98.208	98.208
Imóveis de escritório	2.973	2.973
Terminal portuário	72.191	-
Imóvel em terminal portuário	11.904	11.904
Equipamentos portuários	1.088	812
Embarcações (a)	16.453	-
	<b>202.817</b>	<b>113.897</b>

(a) Em 19 de março de 2018, a controlada Log-In GmbH obteve financiamento junto a instituição financeira londrina (Bairrigg Leasing No.3 Limited), no montante de US\$5.100 (equivalentes em Euro 4.156 e R\$16.260), tendo como garantia a transferência da propriedade da embarcação NV Resiliente para a OCM. O prazo do financiamento é de 5 (cinco) anos, com amortização mensal de US\$60, acrescido de juros anuais “pro rata” pela Libor, conforme contrato pactuado entre as partes e a Controladora.

A Log-In GmbH detém os direitos de uso/operação da embarcação NV Resiliente, operação de “Sale lease back”, firmados em contrato de afretamento a casco nu com a Bairrigg Leasing No. 3 Limited. As obrigações financeiras da Log-In GmbH são: (i) amortização da dívida em 5 (cinco) anos, em 60 parcelas fixas mensais, de US\$60 cada; e (ii) pagamento final de US\$1.500 (valor de recompra). Com a amortização total da dívida, no prazo ou de forma antecipada, haverá obrigatoriamente a transferência da propriedade da embarcação de volta para a Log-In GmbH, cujas regras para a recompra antecipada (opcional) ou no final do prazo contratual (obrigatória) estão definidas no referido contrato.

▪ Movimentação obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado	Controladora
	31.03.2021	31.03.2021
<b>Movimentação</b>		
Saldo em 31.12.2020	194.279	105.202
Adição	9.064	9.064
Juros e variação cambial no período	11.102	8.065
Pagamentos no período	(11.628)	(8.434)
<b>Saldo em 31.03.2021</b>	<b>202.817</b>	<b>113.897</b>
Circulante	43.591	38.776
Não circulante	159.226	75.121

▪ Cronograma de vencimentos das obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado	Controladora
	31.03.2021	31.03.2021
2021 (9 meses)	35.074	31.258
2022	36.464	31.754
2023	33.409	23.510
2024	11.684	10.948
2025 a 2028	86.186	16.427
<b>Saldo em 31.03.2021</b>	<b>202.817</b>	<b>113.897</b>

▪ Pagamentos de arrendamentos de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Despesas arrendamentos de curto prazo e ativos subjacente de baixo valor	2.739	6.657	1.555	2.364

▪ A tabela abaixo evidência as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Prazos contratos	Taxa % a.a.
1 ano	9,55%
2 anos	9,98%
3 anos	10,92%
4 anos	10,97%
5 anos	12,12%
7 anos	15,32%
14 anos	10,00%
28 anos	

▪ Indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento

Fluxo de caixa	31.03.2021		31.12.2020	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	256.832	88.156	250.405	89.089
PIS/COFINS potencial (9,25%)	23.757	8.154	23.162	8.241

▪ Comparativo entre os saldos do arrendamento mercantil considerando os fluxos com e sem a inflação

Passivo arrendamento mercantil	31.03.2021	31.12.2020
IFRS 16	88.156	89.089
Nota Explicativa	93.534	93.116
	6,10%	4,52%
Direito de uso líquido	31.03.2021	31.12.2020
IFRS 16	113.839	112.215
Nota Explicativa	120.783	117.287
	6,10%	4,52%
Despesa financeira	31.03.2021	31.12.2020
IFRS 16	1.755	7.109
Nota Explicativa	1.862	7.431
	6,10%	4,52%
Despesa de depreciação	31.03.2021	31.12.2020
IFRS 16	3.073	10.705
Nota Explicativa	3.260	11.189
	6,10%	4,52%

Os fluxos acima apresentados foram apenas calculados sobre os arrendamentos de imóveis de escritórios, terminais portuários e imóveis em terminais portuários. Para os arrendamentos de contêineres não calculamos a inflação devido a sua contratação ter sido feita em Dólar e os pagamentos deles serem remetidos a fornecedores estrangeiros.

15. FORNECEDORES E PROVISÕES OPERACIONAIS

▪ Política contábil

Os saldos de fornecedores e provisões operacionais referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado, com método de taxa efetiva de juros, quando aplicável.

As provisões operacionais são decorrentes de custos portuários (navegação), rodoviários e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

▪ **Composição**

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Fornecedores	90.601	110.421	39.768	68.948
Acordo Substitutivo IBAMA (a)	5.548	41.448	5.548	41.448
<b>Provisões operacionais</b>				
Gastos marítimos com transportes granel e containers	42.451	23.268	38.080	20.145
Gastos rodoviários	3.636	4.921	3.636	4.921
Gastos administrativos	2.743	1.505	1.649	1.151
Outros gastos operacionais	4.350	4.112	298	243
	53.180	33.806	43.663	26.460
	<b>149.329</b>	<b>185.675</b>	<b>88.979</b>	<b>136.856</b>
Circulante	149.329	185.675	88.979	136.856
Não circulante	-	-	-	-

(a) O passivo de R\$5.548 refere-se ao acordo substitutivo com IBAMA (veja nota explicativa nº 27 para mais detalhamento no trimestre).

**16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**

▪ **Política contábil**

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos, encargos, variações monetárias e cambiais. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação.

▪ **Composição**

	Moe- da	Indexa- dor	Taxas e encargos a.a	Venci- mento	Consolidado		Controladora	
					31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
BNDDES/FMM (a)	R\$	TJLP	2,5% e 4,2%	Abr 2034	446.600	456.608	379.824	388.069
BNDDES/FMM (a)	US\$	USD	2,5% e 4,2%	Abr 2034	458.757	427.896	378.544	352.804
Capital de giro (b)	R\$	CDI	127,5%	Mai 2023	337.335	346.259	290.704	298.408
Debêntures (c)	R\$	IPCA	10,0%	Jun 2029	90.510	89.555	90.510	89.555
Debêntures	R\$	CDI	4,25%	Mai 2025	69.885	69.785	69.885	69.784
Forfait (d)	R\$	-	-	Jun 2021	17.025	-	17.025	-
					<b>1.420.112</b>	<b>1.390.103</b>	<b>1.226.492</b>	<b>1.198.620</b>
Circulante					158.235	132.814	137.363	112.690
Não circulante					1.261.877	1.257.289	1.089.129	1.085.930

(a) Referem-se, principalmente, a recursos obtidos junto ao Fundo da Marinha Mercante (“FMM”), através de repasse de seu agente financeiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), principalmente, para construção de embarcações - BNDES/FMM.

(b) Referem-se, principalmente, aos recursos contraídos perante as instituições financeiras Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e JIVE Asset Gestão de Recursos Ltda. Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 4 de junho de 2018, essas dívidas foram reestruturadas em 1 de junho de 2018. A reestruturação da dívida ocorreu nos termos dos entendimentos anteriormente firmados com os credores aderentes, objeto do Fato Relevante divulgado pela Companhia em 10 de novembro de 2017.

(c) Em junho de 2019, a Log-In realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor total de R\$90 milhões, tendo sido subscrito o montante de R\$65 milhões em 25 de junho de 2019 e R\$25 milhões em 5 de agosto de 2019. A emissão teve como finalidade financiar o pagamento da última parcela do Log-In Polaris e os respectivos custos de importação. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, constituída por 90 (noventa mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais).

As debêntures serão amortizadas em parcelas mensais, sendo a primeira parcela devida em 21 de julho de 2020 e a última parcela devida em 21 de junho de 2029, ou seja, de 10 (dez) anos contados da data de emissão em 21 de junho de 2019.

Em maio de 2020, a Log-In realizou sua 3ª emissão de debêntures, no valor total de R\$71,4 milhões, totalmente subscrito em junho de 2020. A emissão teve como finalidade reforçar o caixa da Companhia, em virtude do mútuo celebrado entre a Log-In e sua subsidiária para aquisição da embarcação do tipo porta-container (Log-In Endurance). Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 71,4 (setenta e um milhões e quatrocentos mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$1 (um real). As debêntures serão amortizadas em parcelas iguais nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 14 de agosto de 2021 e a última parcela devida em 14 de maio de 2025, ou seja, de 5 (anos) anos contados da data de emissão em 14 de maio de 2020.

- (d) Referem-se aos valores contratados em operações de “Confirming” ou “Forfait” com o Banco Santander, no qual determinados transportadores podem antecipar os seus recebíveis sem coobrigação por parte do cedente, sem incidência de correção e juros para Companhia, e com isso, esta passa a ter que pagar pelo serviço contratado diretamente ao Banco Santander e não mais para os fornecedores, conforme orientação da Comissão de Valores Mobiliários por meio do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2021 item 8 – Operações de Forfait (Risco Sacado). Ocorrendo descumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes destes contratos, sobre as quantias devidas incidirão, desde a data do descumprimento até a data do efetivo adimplemento, encargos moratórios de 2,53% ao mês, a ser calculado pro rata die (proporcional ao número de dias).

## ■ Cronograma de amortizações do passivo não circulante

Parcelas vencíveis em	Consolidado	Controladora
	31.03.2021	31.03.2021
2022	106.116	90.840
2023	379.163	325.861
2024	107.352	91.920
2025	100.224	84.792
2026 a 2034	569.022	495.716
	<b>1.261.877</b>	<b>1.089.129</b>

## ■ Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Saldo inicial	1.390.103	1.256.593	1.198.620	1.077.670
Emissão de debêntures	855	73.259	855	73.259
Custos na emissão de debêntures	200	(1.809)	200	(1.809)
Operações de Forfait	17.025	-	17.025	-
Variação cambial	38.535	95.803	31.991	78.637
Variação cambial - constituição de reserva de hedge	8.562	-	7.321	-
Juros e encargos Empréstimos e financiamentos	7.887	65.377	6.523	56.586
Juros e encargos pagos Empréstimos e financiamentos	(15.236)	(33.408)	(13.259)	(31.330)
Amortização principal Empréstimos e financiamentos	(30.417)	(70.917)	(25.382)	(59.598)
Juros e encargos debêntures	5.848	15.877	5.848	15.877
Juros e encargos pagos debêntures	(3.250)	(10.672)	(3.250)	(10.672)
<b>Saldo final</b>	<b>1.420.112</b>	<b>1.390.103</b>	<b>1.226.492</b>	<b>1.198.620</b>

## ■ Garantias

### BNDES/FMM

- 50,05% das ações do TVV (cascos 506, 507 e 508);
- 99,99% das quotas da Log-Mar (cascos 506, 507 e 508);
- Embarcações Log-In Jacarandá e Log-In Jatobá (cascos 504 e 505);
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços a determinados clientes; e
- Fiança bancária no valor de face de R\$6.318 (cascos 506, 507 e 508).

### Capital de giro

- 49,85% das ações do TVV;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes; e
- Equipamentos do TVV adquiridos na operação junto ao Deutsche Leasing (Reachstackers).

## Debêntures - 2ª Emissão

- Alienação fiduciária do navio Polaris; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes.

## Debêntures - 3ª Emissão

- Alienação fiduciária do navio Endurance; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes.

## ▪ Cláusulas de covenants

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de covenants. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, conforme detalhado abaixo. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

### BNDES/FMM

- Índice de cobertura do serviço da dívida (ICD) não inferior a 0,8 entre 2018 e 2020; e não inferior a 1,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício, nos termos da fórmula  $ICD = EBITDA - (IR + CSLL + Variação Capital de Giro) / Serviço da Dívida do Exercício$ .
- Índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 10,0 entre os anos de 2019 e 2020; e menor ou igual a 5,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício.

### Capital de giro

- Dívida Líquida Ajustado/EBITDA não superior a 4,0. A dívida líquida utilizada para cálculo do índice não considera a dívida junto ao BNDES/FMM, assim como o EBITDA não considera o AFRMM e resultado não operacional; este índice é calculado ao final de cada semestre.
- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 2,5. Para cálculo desse índice são considerados os índices apenas da controlada TVV; este índice é calculado ao final de cada semestre.

## Debêntures - 2ª Emissão

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 4,5. O EBITDA é o resultado relativo aos últimos 12 meses anteriores à data de apuração. O EBITDA utilizado para cálculo do índice não considera o resultado não operacional; entende-se como resultado não operacional: venda de ativos, provisões/ reversões de contingências sem efeito caixa no curto prazo, impairment, ganhos por valor justo/atualização de ativos (sem efeito caixa) e despesas reestruturação. O índice é calculado ao final de cada trimestre.

## Debêntures - 3ª Emissão

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5. O EBITDA é o resultado relativo aos últimos 12 meses anteriores à data de apuração. Para cálculo do índice considera-se o melhor EBITDA apurado, podendo considerar ou não o resultado não operacional;
- EBITDA/Despesa Financeira não inferior a 1,5. O EBITDA é o resultado relativo aos últimos 12 meses anteriores à data de apuração. Para cálculo do índice considera-se o melhor EBITDA apurado, podendo considerar ou não o resultado não operacional;
- Dívida Líquida/Patrimônio Líquido não superior a 4,7. O Patrimônio Líquido representa os valores que os acionistas detêm na empresa relativos ao último período apurado;
- Os índices são calculados ao final de cada trimestre, a partir de junho de 2020.

## 17. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES

### ▪ Política contábil

Uma provisão é reconhecida no momento em que uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, for considerada provável pela Administração e seus assessores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e for possível estimar seu valor de maneira confiável. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

### ▪ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das operações e, com respaldo dos seus assessores jurídicos a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas.

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

### ▪ Composição das provisões para riscos

	Consolidado				Controladora
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total	Total
Saldos em 31/12/2020	14.314	342	53	14.709	3.970
Adições	-	1	-	1	-
Reversões	(197)	-	-	(197)	(118)
Correção monetária	(76)	(44)	3	(117)	(47)
Pagamentos	(360)	(90)	-	(450)	(377)
<b>Total</b>	<b>13.681</b>	<b>210</b>	<b>56</b>	<b>13.946</b>	<b>3.428</b>

- **Trabalhistas:** reclamações de empregados por não pagamento de horas extras, pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- **Tributárias:** tributos preteridos na transferência de bens e mudanças na base de cálculo de contribuições para o PIS e a COFINS.
- **Cíveis:** demandas relacionadas a acidentes e ações indenizatórias nas operações da Companhia.



Em 23 de março de 2007, a Companhia firmou com a Vale S.A. (“Vale”) um acordo, por meio do qual essa se comprometeu a indenizar a Log-In, por toda e qualquer perda, prejuízo, danos, custos, despesas e outras obrigações de caráter pecuniário, que a Companhia venha a sofrer em decorrência de decisão transitada em julgado dos processos judiciais, administrativos ou arbitragens dos quais a Companhia é ou será parte e cujo fato gerador tenha ocorrido antes da publicação do Anúncio de Encerramento da oferta pública de ações em 25 de julho de 2007. À medida que perdas efetivas ocorrerem decorrentes desses processos a Companhia irá informar à Vale para fins de reembolso. Em 31 de março de 2021 e de 2020, a Log-In não tem registrado qualquer montante a receber da Vale considerando que essas causas em 31 de março não apresentam perdas efetivas a Companhia.

▪ **Passivos contingentes**

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro 2020, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Trabalhistas e previdenciários (a)	149.023	132.310	54.935	39.516
Tributárias	122.240	127.258	83.875	84.643
Cíveis	44.339	42.879	40.170	38.812
	<b>315.602</b>	<b>302.447</b>	<b>178.980</b>	<b>162.971</b>

(a) O aumento de R\$15 milhões refere-se a autuações previdenciárias lavradas pela Receita Federal do Brasil no período, cujo objeto é a cobrança em duplicidade da contribuição previdenciária patronal, diferencial de alíquota de RAT e cobrança indevida da contribuição previdenciária sobre verbas indenizatórias referentes aos exercícios de 2016, 2017 e 2018.

▪ **Ativos contingentes**

A Companhia ajuizou em 17 de novembro de 2006 ação – Processo 0022150-93.2006.4.02.5101 - contra a União para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, destacado em nota fiscal. No Mandado de Segurança os pedidos apresentados visam (i) que lhe seja assegurado o direito de não mais incluir os montantes relativos ao ICMS nas bases de cálculo das contribuições PIS/COFINS; e (ii) que seja reconhecido o direito à compensação dos valores recolhidos nos 5 (cinco) anos que precederam ao ajuizamento da ação, com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, devidamente atualizados pela taxa SELIC.

Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu em março de 2017, em princípio, sem a possibilidade de modificação do mérito, que o ICMS não integra a base de cálculo de PIS e COFINS. A União opôs embargos de declaração em outubro de 2017 buscando modular os efeitos da decisão, ainda pendente de julgamento.

A Companhia obteve decisão favorável no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (“TRF2”) em julho de 2019, aplicando o mesmo entendimento fixado pelo STF. Atualmente, aguarda-se o trânsito em julgado do acórdão proferido pela 4ª Turma Especializada do TRF2 na causa individual da Companhia.

Tendo em vista que ainda pendem discussões judiciais acerca da metodologia de cálculo para apuração do respectivo crédito tributário, a iliquidez da natureza do processo e o fato de que ainda se aguarda o trânsito em julgado do processo da Companhia, o ativo contingente não foi em 31 de março de 2021 registrado contabilmente.

**18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

▪ **Política contábil**

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão. Esses custos são reconhecidos líquidos dos efeitos tributários aplicáveis.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido (Ações em tesouraria). Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Conforme artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/1976, e alterações posteriores, que somente poderá ser utilizada para: (i) Absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou (ii) Aumento do capital social. Na hipótese do inciso I do caput, a pessoa jurídica deverá recompor a reserva à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

▪ **Capital social**

	31.03.2021		31.12.2020	
	Quantidade de ações e respectivo percentual			
	ON	%	ON	%
Alaska Investimentos Ltda.	48.078.252	45,58	43.459.552	41,20
Itaú Unibanco S.A.	-	-	9.454.605	8,96
Perea Capital	5.700.000	5,40	-	-
Outros Investidores	50.492.167	47,86	51.356.262	48,68
Ações em circulação	104.270.419		104.270.419	
Ações em tesouraria	1.218.772	1,16	1.218.772	1,16
	<b>105.489.191</b>	<b>100,00</b>	<b>105.489.191</b>	<b>100,00</b>

Conforme Estatuto social da Companhia, o capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias (“ON”), e cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O capital social da Companhia pode ser aumentado mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal. O Conselho de Administração fixará o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do limite do capital autorizado.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2021 corresponde a R\$1.336.395 (R\$1.336.395 em 31 de dezembro de 2020); R\$1.312.502 (R\$1.312.505 em 31 de dezembro de 2020), líquido dos custos diretos de emissão de ações.

▪ **Ações em tesouraria**

A Log-In mantém em sua tesouraria 1.218.772 ações ordinárias. Essas ações foram adquiridas no decorrer do exercício de 2008 ao custo médio ponderado de R\$8,35 (valor em reais), por ação.

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da B3 de 31 de março de 2021 era de R\$18.549 (R\$19.720 em 31 de dezembro de 2020).

▪ **Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa**

A Log-in e sua controlada Log-Nav adotaram a estratégia de *hedge accounting* (*hedge* de fluxo de caixa) - com data de designação de 01 de março de 2021 - para proteger seus resultados da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa decorrente dos efeitos cambiais das receitas altamente prováveis em dólares norte americanos projetados para um período de cinco anos, através de instrumentos de proteção não derivativos - dívidas e arrendamentos em dólares norte americanos já contratados - onde a parte eficaz desta relação será reconhecida no Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes) e as eventuais inefetividades contabilizadas no resultado do exercício no grupo de Receitas.

A natureza do risco protegido consiste no risco cambial (SPOT) das receitas altamente prováveis indexadas ao dólar norte americano, visto que a moeda funcional da Companhia é o BRL. Os instrumentos de hedge designados pelas Companhias correspondem ao principal dos empréstimos e principal das obrigações com arrendamentos mercantis, ambos indexados à moeda estrangeira (USD), ou seja, passivos financeiros não derivativos cujos fluxos de caixa se esperam que compensem as alterações nos fluxos de caixa do objeto de hedge designado.

Quando essas receitas de serviços prestados expostas a efeitos cambiais em dólares norte americanos for realizada, o valor acumulado em Outros Resultados Abrangentes será reciclado com efeitos na demonstração do resultado na mesma linha de reconhecimento do objeto de hedge.

Os efeitos contábeis decorrentes desta adoção a partir de 01 de março de 2021 estão relacionados a seguir:

	Indexação	Tipo de hedge	Instrumento do hedge	Constituição de Reserva de Hedge	Reciclagem para o Resultado	Tributos diferidos	Consolidado Ganho (perda) cambial em instrumentos de hedge durante o período
Log-In	USD	Fluxo de caixa	259.667 <sup>(*)</sup>	(7.321)	136	2.443	(4.742)
Log-Nav	USD	Fluxo de caixa	41.894 <sup>(*)</sup>	(1.241)	26	413	(802)
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>			<b>301.561</b>	<b>(8.562)</b>	<b>162</b>	<b>2.856</b>	<b>(5.544)</b>

(\*) Valores convertidos pela taxa de fechamento de 31 de março de 2021 de R\$5,6967.

## 19. RESULTADO POR AÇÃO

	31.03.2021	31.03.2020
Prejuízo do período atribuível aos acionistas controladores	(21.282)	(114.652)
Quantidade de ações – em milhares		
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do resultado básico por ação	103.846	102.980
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas - Plano de opção de ações	1.971	2.314
<b>Resultado básico por ação - R\$</b>	<b>(0,20)</b>	<b>(1,11)</b>
<b>Resultado diluído por ação - R\$</b>	<b>(0,19)</b>	<b>(1,09)</b>

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no período.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações tais como planos de opção de ações como os divulgados na nota explicativa nº 20).

## 20. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

### ▪ Política contábil

Os pagamentos baseados em ações e liquidados em ações para empregados e outros provedores de serviços similares é mensurado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercício que não se baseiam no mercado.

O valor justo dos pagamentos baseados em ações e liquidados em ações determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão eventualmente adquiridos. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos em virtude do efeito das condições de aquisição que não se baseiam no mercado. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste nas reservas.

## ▪ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O valor justo médio ponderado das opções de compra nas datas das outorgas, foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes, assumindo as premissas listadas abaixo:

1º Programa - 2019	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
1º Programa (tipo a.1)	4,24	4,24	345.356
1º Programa (tipo a.2)	4,24	4,66	344.322
1º Programa (tipo a.3)	4,24	5,02	344.322
1º Programa (tipo b.1)	0,01	8,09	386.104
1º Programa (tipo b.2)	0,01	8,09	384.948
1º Programa (tipo b.3)	0,01	8,09	384.948
			<b>2.190.000</b>

2º Programa - 2020	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
2º Programa (tipo a.1)	10,07	3,64	204.800
2º Programa (tipo a.2)	10,07	4,64	204.800
2º Programa (tipo a.3)	10,07	5,41	204.800
2º Programa (tipo b.1)	0,01	12,10	136.534
2º Programa (tipo b.2)	0,01	12,10	136.533
2º Programa (tipo b.3)	0,01	12,10	136.533
			<b>1.024.000</b>

## ▪ Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo (“Plano”) da Companhia, aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 25 de abril de 2019, estabelece as condições para a outorga e exercício de opções de compra de ações de emissão da Log-In aos seus administradores e funcionários.

O Plano prevê a criação de programas de forma periódica, que deverão identificar os beneficiários que integrem o programa, o número total de opções outorgadas bem como os critérios para o seu exercício. Na forma do Plano, cada opção de compra outorgada no âmbito destes programas dará ao beneficiário o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

O Programa vigente, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20/03/2020, extinguir-se-á em 31 de maio de 2023.

Principais características do Plano	
Quantidade de ações	• 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) opções de compra de ações de emissão da Companhia ou 4,03% do total de ações, o que for maior.
Tipo	• 60% das opções de compra outorgadas serão do tipo "A" • 40% restante serão opções de compra do tipo "B"
Carência	• As opções de compra outorgadas aos Beneficiários no âmbito do Programa estão sujeitas a 3 (três) Períodos de Carência, assim distribuídos:  (i) 33,4% (trinta e três vírgula quatro por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa ("Primeira Tranche de Opções") estarão sujeitas a um Período de Carência de 1 (um) ano contado da data da outorga das opções ("Primeiro Período de Carência");  (ii) 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa ("Segunda Tranche de Opções") estarão sujeitas a um Período de Carência de 2 (dois) anos contados da data da outorga das opções ("Segundo Período de Carência");  (iii) 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa ("Terceira Tranche de Opções") estarão sujeitas a um Período de Carência de 3 (três) anos contados da data da outorga das opções ("Terceiro Período de Carência");
Exercício das opções	• Período de Exercício para a Primeira Tranche de Opções se iniciará ao final do Primeiro Período de Carência;  • Período de Exercício para a Segunda Tranche de Opções se iniciará ao final do Segundo Período de Carência; e  • Período de Exercício para a Terceira Tranche de Opções se iniciará ao final do Terceiro Período de Carência.  Observado que as opções não exercidas nos prazos acima serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que referida extinção dê direito a qualquer indenização ao Beneficiário.
Preço de exercício	• Opções do tipo "A", preço de exercício será correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia nos 90 (noventa) pregões da B3 anteriores à data da aprovação do Programa no âmbito do qual as opções forem outorgadas, ponderada pela quantidade de ações negociadas, aplicado um deságio de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor apurado.  • Opções do tipo "B", preço de exercício será de R\$0,01 (um centavo).

#### ▪ Movimentação das opções outorgadas

Quantidade de ações em milhares	31.03.2020	31.12.2020
Saldo inicial	1.971	1.290
Opções outorgadas	-	1.971
Opções exercidas	-	(1.290)
<b>Saldo final</b>	<b>1.971</b>	<b>1.971</b>

Em 31 de março de 2021, o percentual de opções outorgadas e ainda não exercidas ou canceladas referentes aos programas de opção de compra de ações era de 1,87% com relação ao total de ações emitidas pela Companhia (1,87% em 31 de dezembro de 2020).

#### ▪ Despesas no período com plano de opção de compra de ações

	Consolidado e Controladora	
	31.03.2021	31.03.2020
Plano de opção de ações	1.431	1.962

## 21. BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA NO LONGO PRAZO - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

### Política contábil

A Companhia proporciona benefício a seus empregados no longo prazo que engloba plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. No plano de contribuição definida a Companhia faz contribuições fixas à VALIA e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com serviço do empregado no período corrente e anterior.

Os pagamentos a plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito às contribuições são prestados pelos empregados.

Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% a 9% do salário de participação e as contribuições da Companhia são equivalentes às dos participantes limitadas, porém a 9% do salário de participação.

### Contribuição pagas no período com plano de aposentadoria

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Contribuições pagas pela Companhia	530	553	388	402

## 22. RECEITA LÍQUIDA

### Política contábil

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Companhia reconhece receitas de acordo com as obrigações de desempenho dos serviços prestados aos clientes. Os serviços de frete são reconhecidos como obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos.

A Companhia reconhece receita como segue:

- Navegação Costeira: serviços de transporte de contêineres (fretes) por toda a costa brasileira e também no Mercosul, serviços Shuttle que ligam os portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória, além de operação de transporte de veículos em navios "Roll On Roll Off".
- Terminal Portuário de Vila Velha - TVV: operações de embarque e desembarque de contêineres, além de movimentação de cargas e veículos.
- Terminais intermodais: serviços de armazenagem, separação e *cross-docking*. Atuam como ponto de acesso para as regiões Norte e Sul do Estado, em prol da integração com a navegação costeira com ênfase na multimodalidade.

### Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Receita de fretes	255.163	243.647	181.750	198.739
Mercado interno	158.133	161.572	152.458	160.063
Mercado externo	97.030	82.075	29.292	38.676
Receita de serviços	73.557	59.486	8.832	9.066
Mercado interno	37.141	29.160	8.832	8.966
Mercado externo	36.416	30.326	-	100
<b>Receita bruta</b>	<b>328.720</b>	<b>303.133</b>	<b>190.582</b>	<b>207.805</b>
Impostos sobre as receitas	(32.005)	(31.794)	(23.819)	(25.753)
<b>Receita líquida</b>	<b>296.715</b>	<b>271.339</b>	<b>166.763</b>	<b>182.052</b>

### 23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS E CUSTOS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

#### ▪ Composição

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas e custos reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Pessoal, encargos e benefícios	(47.139)	(42.253)	(24.813)	(23.314)
Material	(6.709)	(3.261)	(2.775)	(1.464)
Óleo combustível e gases	(25.920)	(28.483)	(20.014)	(27.311)
Afretamento, locações e arrendamentos	(41.790)	(46.658)	(11.961)	(22.896)
Serviços contratados	(111.458)	(107.691)	(83.147)	(85.956)
Depreciação e amortização	(28.956)	(22.259)	(16.768)	(12.722)
Outros	(6.140)	(2.266)	(4.318)	(5.881)
	<b>(268.112)</b>	<b>(252.871)</b>	<b>(163.796)</b>	<b>(179.544)</b>
Classificado como:				
Custos dos serviços prestados	(246.306)	(233.142)	(151.029)	(159.802)
Despesas administrativas e comerciais	(21.806)	(19.729)	(12.767)	(19.742)
	<b>(268.112)</b>	<b>(252.871)</b>	<b>(163.796)</b>	<b>(179.544)</b>

### 24. RESULTADO FINANCEIRO

#### ▪ Composição

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	3.034	6.343	2.922	6.322
Juros sobre mútuo a receber de partes relacionadas	-	-	424	-
Outras	1.249	1.191	1.135	1.094
	<b>4.283</b>	<b>7.534</b>	<b>4.481</b>	<b>7.416</b>
Despesas financeiras				
Encargos empréstimos e financiamentos	(15.293)	(18.101)	(13.568)	(15.786)
Encargos debêntures	(5.848)	(3.668)	(5.848)	(3.668)
Encargos financeiros com arrendamento mercantil	(4.361)	(2.598)	(2.867)	(2.542)
Reversão (constituição) juros provisão para riscos	124	2.012	57	(189)
Juros e comissões	(1.410)	(1.900)	(1.053)	(1.699)
Outras	(1.866)	(2.316)	(1.277)	(1.974)
	<b>(28.654)</b>	<b>(26.571)</b>	<b>(24.556)</b>	<b>(25.858)</b>
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Variações monetárias e cambiais ativas	13.006	21.304	6.751	6.393
Variações monetárias e cambiais passivas	(56.751)	(139.273)	(38.983)	(113.070)
	<b>(43.745)</b>	<b>(117.969)</b>	<b>(32.232)</b>	<b>(106.678)</b>
	<b>(68.117)</b>	<b>(137.006)</b>	<b>(52.307)</b>	<b>(125.121)</b>

### 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos é determinada no seu reconhecimento inicial, conforme o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais presentes no IFRS 9/CPC 48. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía operações com instrumentos de derivativos em aberto.

▪ Categoria dos principais instrumentos financeiros e seus valores justos

	Consolidado			
	31.03.2021		31.12.2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo financeiro ao custo amortizado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	82.540	82.540	101.337	101.337
Aplicações financeiras	3.895	3.895	3.878	3.878
Contas a receber de clientes	216.531	216.531	204.941	204.941
Depósitos Judiciais	19.905	19.905	19.881	19.881
<b>Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado</b>				
Aplicações financeiras	496.076	496.076	608.334	608.334
<b>Passivo financeiro ao custo amortizado</b>				
Fornecedores	90.601	90.601	110.412	110.412
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.420.112	1.420.112	1.390.103	1.390.103
Obrigações com arrendamento mercantil	202.817	202.817	194.279	194.279

	Controladora			
	31.03.2021		31.12.2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo financeiro ao custo amortizado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	50.207	50.207	65.836	65.836
Aplicações financeiras	2.733	2.733	2.722	2.722
Contas a receber de clientes	142.515	142.515	136.086	136.086
Valores a receber de partes relacionadas	126.888	126.888	120.143	120.143
<b>Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado</b>				
Aplicações financeiras	467.784	467.784	608.334	608.334
<b>Passivo financeiro ao custo amortizado</b>				
Fornecedores	39.768	39.768	68.948	68.948
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.226.492	1.226.492	1.198.620	1.198.620
Obrigações com arrendamento mercantil	113.897	113.897	105.202	105.202
Valores a pagar a partes relacionadas	110.580	110.580	110.279	110.279

▪ Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou “impaired” é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas de inadimplência de contrapartes.

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos com boas qualificações das agências de risco.

▪ Gestão de risco

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle.



#### ▪ Risco de mercado

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços, índices cambiais, porém os mesmos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos no período social atual findo em 31 de março de 2021, exceto pela implementação do hedge Accounting de fluxo de caixa descrito na nota explicativa 18 (maiores detalhes para referência), cuja estratégia principal de gerenciamento de risco adotada pela Companhia consiste em proteger o seu resultado do período e sua controlada Log-Nav quanto à exposição cambial de receitas altamente prováveis através do instrumento de proteção principal de dívida e de obrigações com arrendamentos mercantis indexados à moeda estrangeira norte americana.

Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposto são os seguintes:

##### (a) Risco cambial

A parcela dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (Dólar), no montante de R\$458.757 (R\$427.896, em 31 de dezembro de 2020), corresponde a 32,30% (30,78% em 31 de dezembro de 2020) da dívida da Companhia (Consolidado); o efeito cambial decorrente dessa exposição e dos demais ativos e passivos em Dólar pode ser relevante no vencimento do endividamento no curto, médio e longo prazos.

Adicionalmente, a Companhia designou a partir de 01 de março de 2021, a proteção de até 100% das receitas altamente prováveis projetadas pelo período de até 5 anos.

A natureza do risco a ser protegido consiste no risco cambial (SPOT) das receitas altamente prováveis em USD, visto que a moeda funcional da Companhia é o BRL.

A estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia consiste em proteger o resultado do exercício da Companhia e de sua controlada Log-Nav quanto à exposição cambial de receitas altamente prováveis através do principal de dívida e de obrigações com arrendamentos mercantis indexados à moeda estrangeira (USD).

Ganhos e perdas classificados como reserva de *hedge* no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado, conforme nota explicativa nº 18.

##### (b) Risco de taxa de juros

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros variáveis que são aplicadas aos seus passivos financeiros. A Companhia está exposta as seguintes taxas de juros variáveis:

Indexador	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Ativo				
CDI	499.971	612.212	470.517	611.056
Passivo				
TJLP	446.600	456.608	379.824	394.666
CDI	407.220	416.044	360.589	368.192

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não tem contratos derivativos para fazer hedge contra estes índices, entretanto os riscos são monitorados pelo Grupo, que periodicamente avalia a sua exposição e propõem as estratégias a serem adotadas.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos financeiros, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo consolidado de R\$507.509 e R\$413.404 na controladora (em 31 de dezembro de 2020, R\$642.663 e R\$576.183, consolidado e controladora, respectivamente), bem como patrimônio líquido positivo de R\$329.157 no consolidado e de R\$328.990 na controladora (em 31 de dezembro de 2019, R\$353.963 e R\$353.809, consolidado e controladora, respectivamente). Destacamos que a Companhia tem servido todas as dívidas e está corrente com todas as suas obrigações com empréstimos e financiamentos.

A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem (nota explicativa nº 28 de eventos subsequentes para nova emissão de debêntures no segundo trimestre de 2021).

O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, em 31 de março de 2021:

	Consolidado					
	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	90.601	77.441	13.123	37	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.420.112	15.300	47.942	94.993	716.215	545.661
	<b>1.510.713</b>	<b>92.741</b>	<b>61.064</b>	<b>95.030</b>	<b>716.215</b>	<b>545.661</b>

	Controladora					
	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	39.769	27.304	12.465	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.226.492	13.099	42.849	81.414	612.636	476.494
Partes relacionadas	110.580	67.359	-	-	43.221	-
	<b>1.376.841</b>	<b>107.762</b>	<b>55.314</b>	<b>81.414</b>	<b>655.857</b>	<b>476.494</b>

(d) Risco de gerenciamento de capital

A política da Companhia tem como objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Além do capital próprio, a Companhia usa o de terceiros para financiar suas atividades, otimizando sua estrutura de capital. Os níveis de endividamento são monitorados em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital. A dívida líquida reflete a exposição total da Companhia das obrigações contraídas junto ao sistema financeiro.

A dívida bruta consiste na soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto (circulante) e longo (não circulantes) prazos conforme detalhados na nota explicativa nº 16.

Com a capitalização ocorrida em novembro de 2019 por meio da oferta pública primária de ações ordinárias (nota explicativa nº 18), a Companhia vem assegurando sua liquidez e a continuidade operacional dos seus negócios.

Em 31 de março de 2021 o índice de alavancagem financeira da Companhia é conforme segue:

Índice de alavancagem financeira	Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020
Dívida bruta	1.420.112	1.390.103
Caixa e equivalentes de caixa	(82.540)	(101.337)
Aplicações financeiras	(499.971)	(612.212)
Dívida líquida	837.601	676.554
Patrimônio líquido Controladora	328.934	353.809
<b>Relação dívida líquida/capital</b>	<b>2,5</b>	<b>1,9</b>

(e) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através análise de indicadores econômico-financeiros. Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições com boas avaliações de *rating*.

▪ **Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos**

A Companhia avaliou e entende que os valores justos de seus principais instrumentos financeiros não derivativos em 31 de março de 2021 se aproximam dos valores contábeis reconhecidos considerando as características de determinados ativos e passivos financeiros, prazo de realização ou vencimento no curto prazo, conforme aplicável, ou por estarem indexados a taxas variáveis de mercado.

Para estimar o valor justo de seus principais instrumentos financeiros não derivativos, a Administração utilizou as seguintes premissas:

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelo BNDES/FMM e outras instituições financeiras, parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado corresponde ao seu valor justo.

▪ **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme CPC 40/IFRS 7**

A Empresa apresenta a seguir demonstrações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário base projetado esperado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O cenário base projetado esperado como mais provável pela Administração foi obtido por meio de premissas disponíveis no mercado conforme descrito a seguir: Dólar 5,40 (relatório Focus de 23 de abril de 2021); TJLP 4,61% a.a. (BNDES); e CDI 4,60% a.a. (BM&F).

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação deste cenário na Companhia no encerramento do período findo em 31 de março de 2021 seriam os seguintes:

Risco de taxa de câmbio	Consolidado			
	Risco	US\$	31.03.2021	Cenário Provável
				<b>Base</b>
Contas a receber de clientes	USD	11.150	63.527	(3.315)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(80.522)	(458.757)	23.939
Objeto de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	USD	52.936	301.561	(15.707)
Fornecedores	USD	(8.380)	(47.744)	2.491
Obrigações com arrendamento mercantil	USD	(20.126)	(114.662)	5.983
<b>Exposição líquida</b>		<b>(44.942)</b>	<b>(256.075)</b>	<b>13.391</b>
Patrimônio líquido (reserva de <i>hedge</i> )				(6.353)
Resultado do período				20.284
	PTAX		5,70	5,40

Risco de taxa de juros	Risco	31.03.2021	Cenário Provável
			<b>Base</b>
Aplicações financeiras	CDI	499.971	9.749
Empréstimos, financiamentos e debêntures	TJLP	(446.600)	(983)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(409.246)	(7.980)
	TJLP	4,39%	4,61%
	CDI	2,65%	4,60%

## 26. INFORMAÇÕES PARA A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

### Transações não envolvendo caixa

Atividades de investimento	Consolidado		Controladora	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Arrendamento mercantil	9.064	-	9.064	-
Adições ao imobilizado em curso	3.427	4.017	2.460	2.875
	<b>12.491</b>	<b>4.017</b>	<b>11.524</b>	<b>2.875</b>

### Variações nos passivos resultantes das atividades de financiamento

A tabela a seguir detalha as variações nos passivos da Companhia resultantes de atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa.

	Consolidado			
	Mútuo concedido Santos Transportes	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	<b>194.279</b>	<b>1.390.103</b>	<b>1.584.382</b>
Alterações que afetam caixa				
Mútuos concedidos	(1.000)	-	-	(1.000)
Amortização empréstimos e financiamentos	-	-	(30.417)	(30.417)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(18.486)	(18.486)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	(11.628)	-	(11.628)
Alterações que não afetam caixa				
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	(8)	11.102	53.325	64.419
Mútuos concedidos	(2.000)	-	-	(2.000)
Operação de <i>forfait</i> (a)	-	-	17.025	17.025
Adições arrendamento mercantil e outros	-	9.064	-	9.064
Alterações que não afetam resultado				
Constituição de reserva de <i>hedge</i>	-	-	8.562	8.562
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	<b>(3.008)</b>	<b>202.817</b>	<b>1.420.112</b>	<b>1.619.921</b>

(a) Serviços de transporte de contêineres vinculados na operação de *forfait* ainda não liquidados.

	Controladora				
	Mútuo concedido Santos Transportes	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Mútuos com controladas	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	<b>105.202</b>	<b>1.198.620</b>	<b>49.229</b>	<b>1.353.051</b>
Alterações que afetam caixa					
Mútuos concedidos	(1.000)	-	-	-	(1.000)
Captação de mútuos com controladas	-	-	-	26.046	26.046
Pagamento de mútuos com controladas	-	-	-	(32.306)	(32.306)
Amortização empréstimos e financiamentos	-	-	(25.382)	-	(25.382)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(16.509)	-	(16.509)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	(8.434)	-	-	(8.434)
Alterações que não afetam caixa					
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	(8)	8.065	45.417	252	53.726
Mútuos concedidos	(2.000)	-	-	-	(2.000)
Operação de <i>forfait</i> (a)	-	-	17.025	-	17.025
Adições arrendamento mercantil e outros	-	9.064	-	-	9.064
Alterações que não afetam resultado					
Constituição de reserva de <i>hedge</i>	-	-	7.321	-	7.321
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	<b>(3.008)</b>	<b>113.897</b>	<b>1.226.492</b>	<b>43.221</b>	<b>1.380.602</b>

(a) Serviços de transporte de contêineres vinculados na operação de *forfait* ainda não liquidados.

- Mútuo concedido Santos Transportes

Em fevereiro de 2021, a Log-In (“Mutuante”) celebrou o contrato de mútuo para construção de terminal retroportuário com a Santos Transportes de Cargas Eireli (“Santos Transporte” ou “Mutuária”), no montante de R\$3 milhões, tendo por condição a utilização, com exclusividade, da conversão do valor do empréstimo na referida construção na cidade de Santos – SP. A não observância da finalidade do mútuo, conduzirá à imediata resolução do contrato, com a obrigatoriedade de devolução integral dos valores desembolsados.

O montante será desembolsado em três parcelas iguais de acordo com os seguintes marcos contratuais:

- 1º desembolso: será transferido o valor de R\$1 milhão no prazo de até 15 dias da assinatura do Instrumento de Mútuo – fase pré-operacional;
- 2º desembolso: será transferido o valor de R\$1 milhão mediante o cumprimento da segunda etapa, no prazo de até 15 dias contados da Homologação do DEPOT e atendimento dos requisitos legais; e
- 3º desembolso: será transferido o valor de R\$1 milhão no prazo de até 15 dias contados da obtenção das licenças IMO e ANVISA, da obtenção da certificação SASSMAQ para transporte e armazenagem e da Homologação do terminal, o que ocorrer por último.

O montante desembolsado pela Log-In será pago pela Santos Transporte em 48 parcelas mensais e fixas no valor de R\$62,5 mil, com encargos de 0,83% a.m. podendo variar de acordo com possíveis oscilações do CDI, a cada semestre, e caso esta variação seja superior a 10% para cima ou para baixo, aplicando-se a mesma variação à taxa mensal acordada, mas limitados a uma taxa máxima de 12% ao ano, pro rata die, podendo a Santos Transporte amortizar ou liquidar o débito final contraído antes do vencimento do prazo avençado, com o proporcional cálculo.

A mutuária dará como garantia do cumprimento de suas obrigações de pagamento, os ativos em alienação fiduciária relacionados a seguir:

- 12 Caminhões Volvo – ano de fabricação entre 2007 e 2013;
- 1 Caminhão Scania – ano de fabricação 2014; e
- 1 Caminhão Iveco – ano de fabricação 2010.

## 27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado, bem como para responsabilidade civil, visando cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

Segue resumo das apólices vigentes em 31 de março de 2021:

Descrição	Consolidado		
	Valor Segurado	Prêmio de Seguro	Vigência
Protection and Indemnity - danos ambientais	5.697.300	9.135	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - danos a carga, objetos fixos e flutuantes	ilimitado	9.135	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Cobertura a Shipowners Liability (SOL)	28.487	9.135	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Mercosul Line (VSA) TCL	2.620.758	9.135	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Mercosul Line (VSA) DTH	2.620.758	9.135	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Mercosul Line (VSA) FDD	56.973	9.135	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Mercosul Line (VSA) SOL	28.487	9.135	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Time Charter – TCL	1.202.130	9.135	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Time Charter - DTH	1.202.130	9.135	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Time Charter – FDD	56.973	9.135	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Time Charter - Bunker	5.697	9.135	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Time Charter – SOL	28.487	9.135	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Cobertura para containers	28.487	9.135	20/02/2021 a 20/02/2022
Cobertura de Cascos de máquinas	1.087.828	6.875	07/06/2020 a 07/06/2021
Cobertura de Lucros Cessantes TVV	91.866	717	18/11/2020 a 18/11/2021
Cobertura de Riscos Operacionais	170.919	717	18/11/2020 a 18/11/2021
Responsabilidade civil diretores e gestores	90.000	204	11/09/2020 a 11/09/2021
Cobertura de Responsabilidade Civil	142.433	1.130	18/11/2020 a 18/11/2021
Cobertura de Responsabilidade Civil – Empregador	5.697	1.130	18/11/2020 a 18/11/2021
Cobertura de Responsabilidade Civil - Danos Morais	2.849	1.130	18/11/2020 a 18/11/2021
Cobertura Seguro de Transporte - RCTR-C	6.000	427	31/07/2020 a 31/07/2021
Cobertura Seguro de Transporte - RCF-DC	6.000	348	31/07/2020 a 31/07/2021
Seguro Auto - Ambulância TVV	460	3	24/05/2020 a 24/05/2021
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	12.788	307	24/03/2021 a 24/03/2026
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	10.258	385	30/06/2017 a 30/06/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	4.003	88	17/02/2020 a 17/02/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	3.330	75	18/09/2020 a 18/09/2025
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	2.462	59	24/03/2021 a 24/03/2026
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	2.235	30	27/04/2020 a 27/04/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	1.624	61	29/09/2017 a 29/09/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	1.285	19	31/03/2021 a 31/03/2024
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	1.060	14	27/04/2020 a 27/04/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	745	12	18/11/2019 a 18/11/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	617	8	01/10/2020 a 01/10/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	579	13	25/08/2020 a 25/08/2025
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	550	12	18/09/2020 a 18/09/2025
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	538	13	12/06/2019 a 12/06/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	454	10	16/01/2020 a 16/01/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	428	6	08/05/2020 a 08/05/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	412	8	08/11/2020 a 06/11/2021
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	399	4	21/02/2021 a 21/02/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	392	5	24/09/2020 a 24/09/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	386	37	22/03/2021 a 22/03/2026
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	326	7	10/07/2020 a 10/07/2025
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	326	4	10/07/2020 a 10/07/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	287	4	02/07/2020 a 02/07/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	278	3	20/05/2020 a 20/05/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	142	2	04/05/2020 a 04/05/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	140	3	19/02/2021 a 19/02/2026
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	50	1	01/10/2020 a 01/10/2025
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	44	1	15/10/2020 a 15/10/2025

- Sinistros a recuperar

No 1º trimestre de 2021, foi adimplido pela Companhia a obrigação prevista no Termo de Ajuste de Conduta (“TAC”), firmado com o MPF, relacionado com o incidente ambiental com o navio Log-In Pantanal, ocorrido em 2017. A Companhia efetuou o pagamento, à título de indenização, do valor de R\$19.000.

No mesmo período, a Companhia firmou instrumento de conciliação com IBAMA (“Acordo Substitutivo”), também relacionado com o mencionado incidente, e efetuou o pagamento do valor de R\$16.900, como parte de suas obrigações no Acordo Substitutivo.

A Companhia reforça que as despesas relacionadas ao incidente com o navio Log-In Pantanal e todos os seus desdobramentos, incluindo, sem limitação, as despesas incorridas no âmbito do cumprimento da obrigação assumida no TAC e no Acordo Substitutivo, estão abrangidas pela cobertura de P&I - Protection and Indemnity (“Clube de P&I” - Proteção e Indenização). Nesse contexto, os valores já dispendidos pela Companhia foram reembolsados, de forma integral, pelo seu Clube de P&I.

O montante de R\$5.548 registrado contabilmente em 31 de março de 2021 refere-se ao saldo residual de sinistros a recuperar em virtude de celebração acordo substitutivo com IBAMA, decorrentes do acidente com o navio Log-In Pantanal, em Santos - SP, no ano de 2017, conforme informado na nota explicativa nº 15.

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Assinatura do contrato para arredamento da área nº 5 do porto organizado de Vitória

A controlada da Companhia, no dia 14 de abril de 2021, TVV - Terminal de Vila Velha S.A. (“TVV”), assinou o contrato nº 04/2021 SEI 50904.100300/2021-15, em decorrência do êxito no âmbito do Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2020, organizado pela Companhia Docas do Estado do Espírito Santo (“CODESA”), para exploração provisória da área nº 5 do Porto Organizado de Vitória/ES.

O projeto em questão compreende a exploração transitória de uma área de 54.086 m<sup>2</sup> pelo prazo de 180 dias, onde a controlada TVV movimentará carga geral (veículos), reforçando a sua participação no Porto Organizado de Vitória/ES, e a ampliação dos serviços ofertados à sua base atual e potencial de clientes

- 4ª Emissão de debêntures

Em reunião realizada em 27 de abril de 2021, o Conselho de Administração aprovou a realização de sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais) e total de R\$340.000.000 (trezentos e quarenta milhões de reais) na data de emissão, com prazo de vencimento de 06 (seis) anos contados da data de sua emissão.

Em 07 de maio de 2021 assinamos a escritura de emissão, entretanto, até esta data não houve liquidação.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com essa Emissão serão destinados ao pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados aos seus financiamentos, bem como os de sua controlada TVV – Terminal Vila Velha S.A. (“TVV”), contraídos perante o Banco do Brasil S.A., o Fundo de Liquidação Financeira – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados, o Itaú Unibanco S.A. e o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo.

## 29. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Essas informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 10 de maio de 2021.